



CENTRALIDADE DO TRABALHO

POR UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DA CLASSE TRABALHADORA

Centralidade do Trabalho – ESTADO DE SÃO PAULO

Tese do grupo *Centralidade do Trabalho* para o VII Congresso do PSOL-SP

I. A crise capitalista

A pandemia de Covid-19 acentuou um sintoma predominante em parte significativa da intelectualidade brasileira de esquerda: intensificou o imediatismo politicista e afastou-a da análise dos movimentos de acumulação global de capital. Muitas pessoas assumiram a versão burguesa de que estamos vivendo uma “crise econômica provocada pelo novo coronavírus”, o que não é verdade caso se observe com atenção os ciclos do sistema capitalista.

A rigor, os anos de 2018/2019 marcaram o encerramento do ciclo de acumulação de capital iniciado após a crise de 2008. Os fluxos internacionais de investimento direto caíram quase 20% em 2018, passando de 1,47 para 1,2 trilhão de dólares. Por sua vez, o ritmo de crescimento do comércio mundial desacelerou de 2,7% em 2018 para 1,2% em 2019, o que representa um recuo de mais de 50% no desempenho da realização internacional de mais-valia.

Portanto, desde uma perspectiva totalizante e de longa duração, é possível afirmar que o mundo já vinha em uma sequência de instabilidade política e desaceleração econômica. Neste sentido, a pandemia foi responsável por antecipar, expandir e intensificar a eclosão de uma crise que já se gestava no sistema internacional. Tal detalhamento não se dá por mero preciosismo teórico: não atrelar a crise econômica diretamente à pandemia significa que, uma vez que a Covid-19 seja superada, nada indica que a crise o será.



No Brasil, o aprofundamento do abismo social é a faceta mais evidente que emerge da dinâmica da crise capitalista global. O país atualmente conta com quase 38 milhões de subocupados (em torno de 15 milhões de desempregados; e quase 6 milhões de pessoas que deixaram de procurar emprego diante do desânimo acumulado após anos sem colocação no mercado de trabalho). Mesmo para os que permanecem ocupados, ampliam-se os empregos de baixa remuneração, desprotegidos de qualquer legislação trabalhista e social, onde a população brasileira empobrece à olhos vistos. A fome e a miséria – a insegurança alimentar chega à 55% dos brasileiros – passam a ser a tônica da nação, que aparecem diariamente nas ruas das grandes, médias e pequenas cidades do país. Por fim, nos vemos diante de mais de 400 mil mortos acometidos pela pandemia da Covid-19, número que certamente deve crescer aceleradamente enquanto Jair Bolsonaro permanecer no governo.

Por outro lado, o país continua sendo um celeiro de novos bilionários. O crescimento da renda concentrada nas mãos destes bilionários brasileiros foi de 71% entre 2020 e 2021. Hoje, os 65 bilionários do país concentram R\$ 1,2 trilhões. Tal situação não é fruto do acaso, muito menos um efeito exclusivo da pandemia. A segunda década do século XXI (2011-2020) já se mostra uma nova "década perdida" para a massa da população brasileira. Os dados da média do PIB per capita apontam que a última década é a pior dos últimos 100 anos – uma queda média de 0,6% ao ano. Isso significa que nós brasileiros encerraremos em 2020 um decênio pior do que os anos 80 do século XX – atravessados pela hiperinflação, pela reestruturação produtiva, pelo desemprego estrutural e pela primeira fase das reformas liberalizantes da economia brasileira.

Diante de uma população esgotada após quase uma década de degradação material e moral em sua vida concreta, emergiu o capitão Messias, com seu fajuto discurso redentor de que viria “mudar tudo que está aí”. Discurso que, de forma contraditória, expressa duas facetas da miséria em que a população brasileira se encontra. Por um lado, expressa a miséria de uma classe trabalhadora degradada por anos de sofrimento e sem encontrar uma perspectiva organizada de esquerda com caráter revolucionário e socialista. Por outro





lado, expressa um legítimo grito de indignação de uma população que não aguenta mais, cotidianamente, ser privada da riqueza que ela mesma produz. Enquanto vê os políticos tradicionais banqueteadando com os bilionários, sente na pele o sofrimento de ver sua família passar fome. “Mudar tudo que está aí”, essencialmente no âmbito do ataque à propriedade privada capitalista e em defesa dos interesses dos trabalhadores, portanto, deve ser o centro de qualquer programa partidário que pretenda, de forma séria, representar os anseios da classe trabalhadora na próxima década.

Isso é fundamental pelo fato de que Bolsonaro, e qualquer governo que se vincular aos interesses do grande capital, não tem qualquer capacidade de resolver a crise capitalista que se aprofunda no país. Decorre do momento atual três tendências de desenvolvimento da conjuntura brasileira para os próximos anos: 1) estagnação da economia; 2) centralização de capital mediante, por um lado, ampliação de bilionários e, por outro, falência de setores do capital – especialmente aqueles que empregam maior volume relativo de trabalhadores; e 3) continuidade da ampliação do abismo social – desemprego, baixa de salários, pobreza, violência, fome, etc. – permanecendo todas as formas de agressão contra a classe trabalhadora – manutenção das contrarreformas.

Diante disso, nenhuma confiança pode ser depositada na possibilidade de mudar esse quadro com base em acordos com a burguesia. Ela é a principal interessada em manter essas tendências em desenvolvimento. Também não há que alimentar nenhuma ilusão na forma política parlamentar ou presidencial, como se esta pudesse alterar a atual correlação de forças desfavorável à classe trabalhadora. A energia de um partido que queira realmente incidir na realidade em favor da construção da revolução e do socialismo, portanto, deve se dar na necessidade de mobilização, organização e politização da classe trabalhadora.

II. As lutas de classes no Brasil

A crise que emergiu com força a partir de 2012, não deixou de contar com a oposição da classe operária. Depois de longos 15 anos (1997-2011) de reduzido número





de greves, a conjuntura virou justamente a partir de 2012. Não apenas voltamos aos patamares grevistas do último ciclo de expansão (1986-1996), mas ultrapassamos o auge do período anterior (1.962 greves em 1989) durante longos quatro anos consecutivos (2.057, 2.085, 1.964 e 2.114 greves em 2013, 2014, 2015 e 2016, respectivamente). Ou seja, longe de um período de onda conservadora, vivenciamos nesta última década uma forte expressão da centralidade do trabalho na sociedade capitalista e do poder operário de parar a produção. Não apenas greves do funcionalismo público, mas também um grande crescimento das greves na esfera privada e nas empresas estatais.

Em resumo, a classe trabalhadora emergiu de um longo período de inatividade política e passou a se movimentar largamente nos últimos anos, vivendo na pele o processo de desalienação e educação da classe trazidos pela participação nas greves. Por outro lado, esse movimento que ocorreu no subterrâneo da produção da riqueza está na base das explosões populares de significado amplo, que ocorreram justamente no mesmo período, tal qual as manifestações de 2013 e as diferentes marchas que ocorreram nos anos seguintes.

A classe, como pode ser visto, esteve longe de estar apática neste último ciclo. Movida pela indignação diante da piora sistemática das suas condições de vida, apresentou oposição, na medida de suas forças e de sua consciência, ao ataque do capital. O ponto auge desse processo foi o primeiro semestre de 2017, que culmina esse “despertar” do movimento operário brasileiro no enfrentamento contra a contrarreforma da previdência de Michel Temer. Verificamos ali uma expressiva mudança de qualidade na conjuntura de greve de massas no Brasil. O acúmulo quantitativo de greves entre 2013 e 2016 acabou por transformar-se qualitativamente no processo de enfrentamento à proposta de contrarreforma da previdência. Os trabalhadores se mobilizaram não apenas pelas questões imediatas e parciais, mas passaram a agitar em nome de uma questão de ampla magnitude.

Entretanto, apavoradas diante da perda do controle da classe que, naquele momento, superava o horizonte eleitoralista estreito das centrais sindicais – que já estavam





interessadas na eleição de 2018, na grande ilusão de eleger Lula novamente —, as direções do movimento recuaram. Assim, a principal estratégia de desmobilização da ascensão da luta de classes foi a de subverter a pauta que até então conduzia as mobilizações. Se no início do ano, tratava-se de combater a contrarreforma da previdência e denunciar a podridão do sistema, passaram a propor as “Diretas Já” e a defesa abstrata da democracia. Diante disso, a classe imediatamente olhou com desconfiança para os dirigentes sindicais. Já haviam rompido com o petismo no *impeachment* de Dilma, e votaram em massa contra as candidaturas petistas nas eleições municipais do final de 2016 (as cidades onde o petismo foi mais rechaçado foram justamente aquelas de maior perfil operário). O ímpeto da sociedade era de mudança real, “mudar tudo que está aí”, não de reconstituição da velha forma de governo.

A energia acumulada no processo de agitação, ao não mudar de forma e adquirir conteúdo efetivamente revolucionário, tratou de se dissipar. O que ficou do processo foi um sentimento de profunda frustração no segundo semestre de 2017. Não por acaso, a contrarreforma trabalhista foi aprovada sem nenhuma oposição da classe. Diante disso, uma inflexão conjuntural se registrou. Primeiramente, a falência das direções sindicais e partidárias da esquerda, deformadas por décadas de conciliação de classes e de enclausuramento da luta ao âmbito jurídico e parlamentar, permitiu o avanço decidido de Bolsonaro como o falso redentor de 2018. Em segundo lugar, essa incapacidade de dar um salto de qualidade na luta de classes, aliado às derrotas acumuladas, fizeram com que o próprio movimento de ascensão da luta de classes encontrasse um momentâneo refluxo. A partir de 2018, já é possível perceber a queda do número de greves — 1.453 greves em 2018, 1.118 em 2019 e apenas 642 em 2020. Também é possível perceber o esvaziamento da própria mobilização de rua, que ainda não conseguiu encontrar um ponto de centralização para fazer avançar uma oposição de rua ao governo Bolsonaro.

Tal momento de refluxo, no entanto, não tem que ser entendido como derrota definitiva da classe, muito pelo contrário. O que existe no Brasil, isso sim, é uma dissipação da luta de classes. Diante da deterioração de suas condições de vida, e na





ausência de organizações com direções revolucionárias, a luta de classes avança e se dissipa, sem conseguir encontrar um elemento centralizador e catalisador do processo. Isso se deve a um fato distintivo da atual conjuntura da luta de classes no Brasil: não há um partido revolucionário da classe trabalhadora.

III. As lutas de classes em São Paulo

Com a crise econômica de 1929, na esteira do processo de substituição de importações iniciado nos anos 1930 com Getúlio Vargas, o café deixa de ser o centro da economia paulista para dar lugar à indústria, o que fez de São Paulo desde então a liderança da indústria nacional até os dias de hoje e, por consequência, o centro dinâmico da luta de classes no Brasil. Dessa forma, desde meados do século passado, São Paulo é o estado que reúne o poder burguês preponderante do país, mas, assim também, é o estado que reúne o mais abrangente proletariado.

Foi do ABC paulista que ascendeu dos estertores da ditadura um importante ciclo de lutas do movimento operário brasileiro. Com São Paulo como seu epicentro, as greves 1978, 1979 e 1980 transcenderam os limites das demandas econômicas imediatas e adquiriram caráter político ao levar a luta pela democratização do país a outro patamar. Na ausência de um partido político capaz de unificar as demandas operárias de todo país, o movimento grevista dos trabalhadores, tendo os operários do ABC como sua vanguarda, teve como sua culminância e como saldo político e organizativo a criação do Partido dos Trabalhadores em 1980.

Se, por um lado, já com seu partido de classe, os trabalhadores intensificam o movimento grevista nos anos subsequentes (a década de 80 teve por volta de 6.500 greves), ao mesmo tempo, por outro lado, desde a derrota nas eleições de 1982 e, a partir de então, a cada nova disputa eleitoral, observou-se por parte do PT um progressivo rebaixamento de suas pautas até culminar, no virar no milênio, no total abandono da sua perspectiva de classe. A metamorfose do que era então a sua vanguarda política em um partido da ordem burguesa representou um grande revés para o movimento operário. Com





a eleição de Lula em 2002, o PT viria a usar em seus 13 anos de governo de toda a sua influência sobre as camadas mais organizadas da classe trabalhadora para refrear, por meio do seu braço sindical, a CUT, todo e qualquer movimento grevista e contestatório; funcionando assim como um ativo obstáculo para o surgimento de novas vanguardas políticas da classe.

Ao garantir que o último grande movimento grevista (2012-2017) não extraísse de sua experiência um saldo político e organizativo que culminasse na construção de um novo partido que contestasse a hegemonia petista e superasse os seus limites, o PT e seus partidos aliados, de direita e de esquerda, por meio de suas centrais sindicais, contribuíram para enfraquecer a representação política e a independência de classe dos trabalhadores paulistas. É preciso destacar que se deram em São Paulo as maiores mobilizações e impactos da greve geral de abril de 2017 e da greve dos caminhoneiros em 2018. Na mesma toada, a paralisação dos entregadores de aplicativos em 2020 recebeu intenso apoio popular no estado. Contudo, a preponderância das lutas por causas parciais em detrimento da centralidade do trabalho conferido pelas forças de esquerda, a paralisia e o oportunismo das direções sindicais burocratizadas, e a considerável influência que a hegemonia eleitoreira e paralisante do petismo ainda hoje detém sobre as camadas mais organizadas da classe trabalhadora, trataram de garantir que nenhuma dessas lutas desse o salto qualitativo para uma organização com vistas a um programa revolucionário, mas, pelo contrário, resultou em sucessivas derrotas dos trabalhadores em seus embates contra a classe dominante.

Vale assinalar que São Paulo é principal sede do capital financeiro e industrial do país. Aqui se concentra nas emblemáticas avenidas Faria Lima e Paulista as respectivas sedes da poderosa Febraban e da outrora muito influente Fiesp. A declinante influência da Fiesp para ações estatais industrializantes em São Paulo pode ser ilustrada pela intensificação da transferência de plantas industriais para outros países ou estados, ou pelo mero fechamento de fábricas em todo território paulista, determinando a extinção de postos de trabalho diretos e indiretos, como foi o caso do recente encerramento de





atividades das fábricas da Mercedes Benz, em Iracemápolis (370 demissões), da Ford (830 demissões) e da LG (700 demissões), as duas últimas em Taubaté, no Vale do Paraíba.

Mas é em São Paulo também que estão grandes decisões da representação do agronegócio. São Paulo é sede de agroindústrias, frigoríficos, fábricas citrícolas e grandes usinas sucroalcooleiras, além das maiores entidades representativas do setor. No estado, o foco no campo é agroexportador, situação que se impõem pelo caráter dependente, periférico e subdesenvolvido do país. Em regime de monoculturas, latifúndios no interior de São Paulo são utilizados para a produção de cana, soja, eucalipto e pecuária bovina, tomando elevado percentual do território paulista (aproximados 15 milhões de hectares), em detrimento da produção de alimentos e produtos ao consumo interno.

Além disso, no estado de São Paulo, os trabalhadores do serviço público estão passando por rigoroso arrocho salarial e redução do quadro pela ausência e insuficiência de concursos por longo prazo, com comprometimento ao atendimento das demandas da população pelos serviços públicos. Aos profissionais da educação, com destaque para os professores da categoria “O”, são impostas condições precárias de contratação e de trabalho, além de submetidos por Dória e seu secretário de educação Rossieli Soares, ao desejo compulsivo e inapropriado para o retorno as salas de aula em pleno ápice de contaminações e mortes pela pandemia. Na saúde, as terceirizações de serviços que transformam a “saúde pública” em um verdadeiro balcão de negócios para empresas travestidas de Organizações Sociais (OSs). Da mesma forma, empresas e autarquias públicas são extintas ou sucateadas pra abrir espaços para privatizações e concessões proveitosas às empresas particulares. As linhas do Metrô/SP são alvos desejados dessas concessões, extremamente lucrativas. Não por acaso, no último dia 19 de maio, os metroviários de São Paulo, em assembleia, deliberaram por greve.

Em São Paulo, a burguesia ainda opera o controle governamental pela representação política da aliança entre PSDB/DEM, configurada inicialmente nos anos 90 e ainda vigente com Dória (PSDB), eleito sob colaboração de aliança extraoficial com o





então candidato presidencial Bolsonaro, na alcunhada chapa informal “BolsoDória”. Em que pese a circunstancial oposição a Bolsonaro, Dória nada deve ao governo federal em seu ímpeto liberal destrutivo. Gaba-se de sua conduta no controle da pandemia, mas não impediu ao estado a condição de epicentro da pandemia no Brasil, encerrando abril de 2021 com mais de 100 mil mortes, 3 milhões de contaminados, além do colapso no sistema de saúde. Entre suas bandeiras está a obsessão privatizante e ataques sistemáticos aos serviços e aos servidores públicos. Nada fez de relevante para a mitigação aos impactos da crise econômica, mesmo em meio ao agravamento pela pandemia. Dória, em detrimento das recomendações científicas e médicas, submete-se às pressões imediatistas do grande empresariado comercial, e decreta medidas de questionável alcance ao desejado isolamento social.

Dada a deliberada prioridade à acumulação capitalista e o desprezo à população trabalhadora pelo poder político do estado, e apesar do refluxo do movimento operário na atual conjuntura, São Paulo, cerne do capitalismo brasileiro, ainda detém todas as condições objetivas para repetir o protagonismo que teve nas décadas de 1970/80, liderando nova ascensão de movimentos de massas em todo o Brasil, contudo, desta vez o elevando a um patamar superior, de um novo ciclo de organização do proletariado, para o qual se fará absolutamente necessário a criação de um partido de novo tipo, de caráter socialista e revolucionário.

IV. As ideologias burguesas dentro da esquerda

Desde o último terço do século passado estamos mergulhados numa falsificação teórica progressista que apresenta armadilhas difíceis de combater e, literalmente, desarmar, especialmente em seu aspecto ideológico: as teorias da pós-modernidade.

A pós-modernidade se apresenta como uma teoria crítica. No entanto, como não apresenta alternativa concreta de futuro para as lutas econômico-políticas para além do capital, resulta socialmente numa *crítica regressiva*, pois articula narrativas e discursos fragmentados que, de forma platônica, chegam a apresentar-se como *radicais*, mas ao fim





e ao cabo estão irremediavelmente acoplados a uma construção teórica contrarrevolucionária de complicada explicitação, tanto no plano ideológico, quanto no plano prático. Isso tem, via de regra, confundido as forças de esquerda, tornando-as incapazes de apresentar saídas para a construção da efetiva emancipação da classe trabalhadora.

A luta ideológica é um importantíssimo momento das lutas de classes, pois as ideias dominantes de uma época são sempre as ideias da classe dominante. Portanto, se as ideias dominantes de nossa época correspondem a esse predomínio hegemônico das forças materiais do capital, devemos desconfiar dos indicativos irracionistas que permeiam a nossa luta contemporânea de esquerda, em especial, a lógica identitária, fragmentada e pós-moderna, que *hegemoniza* grande parte das lutas contra opressões reais, contra as quais é obviamente necessário combater.

O resgate do papel da centralidade de classe e da centralidade do trabalho é fundamental para a eficácia teórica e prática das lutas atuais de esquerda, especialmente a esquerda que não deseja apenas *mudanças*, mas efetivamente a *transformação* social revolucionária, pautando a *transição* socialista. Com isso, a radicalidade política torna-se uma necessidade premente no mundo contemporâneo. Mas essa radicalidade não deve se apresentar apenas por uma *linguagem* radical, no plano do discurso, e pela valorização incondicional do *lugar* que a *fala* ocupa. Ser radical é tomar as coisas pela raiz. Não significa *apenas* ter uma *atitude* individual de rebeldia ou de transgressão diante das *opressões* do mundo contemporâneo. Significa, em primeiro lugar, compreender a *posição* ocupada na luta de classes e na *exploração* daí decorrente.

Priorizar qualitativamente a relação de exploração à de opressão não significa afirmar que não existem *opressões* diferenciadas no seio da classe; não significa priorizar o sofrimento derivado da posição de classe em detrimento do sofrimento derivado das opressões. Significa apenas tomar a luta de classes como o fundamento central para a compreensão da realidade social sob o capitalismo e, por consequência, para uma estratégia verdadeiramente revolucionária que vise a derrubada da supremacia burguesa;





estratégia em função da qual todas as demais lutas devem ser taticamente consideradas. A *exploração* engloba e abarca as formas de *opressão*. Por isso, essas duas dimensões podem (e devem) ser tratadas numa articulação dialética.

O problema da lógica identitária e pós-moderna está na solução (ou na falta de solução) que essa teoria irracionalista preconiza: “é impossível atacar o centro, mas atuar apenas nas margens do sistema”. Essa é a máxima pós-moderna. As lutas pelas *causas* oriundas das *opressões* são reais, concretas, verdadeiras. São, enfim, dimensões históricas da vida humana alienada no capitalismo. Portanto, a teoria que tem como objetivo a *crítica da crítica* regressiva pós-moderna, não deixa de tratar dos problemas reais ali indicados. Mas uma tal teoria precisa assumir o ponto de vista da totalidade e, sob a regência do capital (e para combatê-lo), a teoria que tem condições de realizá-lo não é outra senão o marxismo. Não é por acaso que as teorias pós-modernas recorrem a *narrativas fragmentadas*, realizadas por sujeitos descentrados, coletivos e plurais, que *desconstroem* e *ressignificam* (aleatoriamente) um outro conjunto de narrativas, em um círculo vicioso que jamais ultrapassa a linha de menor resistência do capital.

A pergunta que a esquerda tem que fazer hoje é: *a que classe social* interessa defender que não existe verdade objetiva e que é impossível uma compreensão racional do mundo, em sua totalidade? A que classe social interessa afirmar (ideologicamente) que não é possível atacar o centro do sistema, estabelecendo o limite de atuação dos sujeitos múltiplos apenas nas margens descentradas e aleatórias desse mesmo sistema? Com certeza, isso não interessa às classes trabalhadoras submetidas à brutal exploração do capitalismo.

Por isso, as teorias pós-modernas constituem uma das dimensões mais gritantes da *contrarrevolução ideológica burguesa*, cujo resultado político e prático redundará, no máximo, numa *transgressão resignada*. Esse aparente paradoxo – *transgressão que se resigna* – propõe uma atitude de suposta *radicalidade sonora*, mas *repele* por completo qualquer indicativo de ruptura revolucionária de classe. É nessa sutil armadilha na *práxis* cotidiana de nossas lutas, bem como na dimensão ideológica e concreta da





contemporaneidade capitalista, que propomos o combate à supervalorização da mera transgressão dentro dos partidos de esquerda.

V. A necessidade de um partido revolucionário

Os partidos burgueses não podem explicitar o seu *caráter de classe* sem com isso se colocarem abertamente contra os interesses da classe trabalhadora. Por isso, são obrigados a dissimular constantemente as suas reais intenções se apresentando como os representantes de toda a população. Que os partidos burgueses se camuflam sob a defesa abstrata dos interesses do “povo”, e assim, para o seu benefício, confundam os antagonismos de classe aos olhos dos trabalhadores, é um fato constitutivo do jogo de cena que sustenta a dominação burguesa sob a democracia liberal.

Mas que os partidos de esquerda hoje se rebaixem a fazer o mesmo, que se coloquem em defesa do “povo”, da “democracia”, e etc., que se abstenham de demarcar a cada momento a linha que cinde a sociedade em *burgueses e proletários*, de firmar a *independência política e de classe* dos trabalhadores diante dos partidos burgueses, de reiterar em cada discurso os objetivos históricos do proletariado enquanto *classe revolucionária*, tal fato é um indicativo iniludível da capitulação desses partidos à ordem dominante. Agindo dessa forma, os partidos de “esquerda”, com o PT à cabeça, cumprem hoje uma importante função para a conservação, legitimação, e defesa do atual sistema político burguês; eles são a *oposição consentida* da Nova República.

Infelizmente, não restando espaço para ilusão, o próprio PSOL tem sido progressivamente hegemonizado pelas políticas oportunistas de conciliação de classes e pela crença na possibilidade de efetuar alguma mudança em prol das classes populares pela via parlamentar e institucional. Por um lado, deu guarida às ideologias que retiram a classe operária do centro da luta política; por outro, submete cada vez mais a luta de classes aos limites da disputa partidário-eleitoral. Como resultado, se continuar a política da atual direção, o partido tende a se degenerar ao submergir o PSOL à hegemonia petista e ao mais rebaixado cretinismo parlamentar. Frente ao seu VII Congresso, o PSOL se





encontra em uma encruzilhada; precisa definir que partido pretende ser. E, a julgar pela sua trajetória recente, por suas forças majoritárias, e pelo próprio formato do seu Congresso, a resposta poderá ser: *mais um partido da ordem*. O esforço da militância, diante disso, deve ser justamente em sentido contrário, colocando a necessidade de um partido independente da classe.

Por seu lado, o caráter político que inevitavelmente assume a luta de classes obriga o proletariado a se organizar como partido. O próprio processo de elevação da sua consciência de classe e, no limite, da sua consciência socialista, é o mesmo processo de *organização da vanguarda da classe como partido revolucionário*. Contudo, esse partido não existe hoje no Brasil. As grandes forças institucionalizadas do atual sistema partidário brasileiro, da direita à esquerda, obstaculizam ativamente qualquer possibilidade de a classe trabalhadora representar-se a si mesma de maneira independente na arena da luta política. Sendo assim, é condição necessária para a formação do partido revolucionário, antes de tudo, um enfrentamento contra as forças políticas que, sob a máscara da esquerda, refreiam ativamente essa organização.

É necessário, dessa forma, uma luta prolongada e implacável contra o progressismo, o social-liberalismo, o pós-modernismo, e qualquer outra ideologia ou tendência burguesa no seio dos partidos que detêm influência sobre a classe trabalhadora. Com oportunistas e liberais como seus representantes, a organização dos trabalhadores é impossível. Por isso, diante das velhas novidades requeentadas pela ideologia burguesa, *reafirmamos o marxismo como a única teoria verdadeiramente revolucionária*, a única verdadeiramente capaz de mapear o capitalismo, de abrir ao proletariado o horizonte socialista, e de fornecer a arma da crítica necessária para a sua organização com vistas a esse fim.

Em um momento em que o espectro do comunismo volta a rondar a cena política, seja como pecha infamante proferida pelos políticos reacionários, seja como fetiche incrédulo por parte da esquerda liberal, faz-se necessário uma vez mais que os comunistas exponham abertamente, aos olhos de todos, as suas posições e seus objetivos. E, hoje, as tarefas que os comunistas colocam para si consistem em denunciar a cada passo o





oportunismo da esquerda liberal, em desvelar o antagonismo inconciliável entre os trabalhadores e os capitalistas, e em tematizar constantemente a necessidade da classe trabalhadora, diante das inexoráveis lutas contra a exploração capitalista, se organizar enquanto partido revolucionário.

A atualidade histórica da revolução proletária – eis o padrão de medida para todas as tomadas de decisão sobre as nossas tarefas mais imediatas. Colocar a revolução na ordem do dia significa prepará-la desde hoje; significa que as tarefas do presente – a busca ativa de mobilização, organização e politização da classe trabalhadora – tornam-se um problema fundamental da revolução. As tendências e contradições que possibilitam a sua realização futura já se encontram incrustadas no momento presente; cabe a nós identificá-las, desenvolvê-las, torná-las palpáveis, fazê-las explodir. Tal como um refluxo da maré está apenas a preparar o próximo avanço, que atuemos decididamente desde já para tornar a nova ascensão da luta de classes o momento decisivo para a grande *contraofensiva revolucionária do proletariado*.

Camaradas, a velha toupeira da revolução não cessa em seu trabalho subterrâneo de estremecer o solo da ordem burguesa e causar pane em vários pontos do sistema. Não nos cabe aguardar o seu trabalho, *mas acelerá-lo!*

Assinam a tese:

- | | | |
|----|-----------------------------------|-----------|
| 1. | Adalberto Chagas Machado | Sorocaba |
| 2. | Adriana de Abreu Villalon | Americana |
| 3. | Adriana de Souza Ronchi | Marília |
| 4. | Adriano de Oliveira Silva | Americana |
| 5. | Alaíde Vieira | Sorocaba |
| 6. | Alexandre Daniel dos Santos | Marília |
| 7. | Alexandre Patelli Costa | São Paulo |
| 8. | Alexandre Silvestre do Nascimento | Bauru |





9.	Alexandro de Souza Faustino	Arujá
10.	Anderson José albano	São Paulo
11.	André Malinardi	São Paulo
12.	Angélica Lovatto	São Paulo
13.	Anita Ferreira das Neves	Santa Bárbara D'Oeste
14.	Arthur Martinatti Penna	São Paulo
15.	Bianca Helena Terremoto	Osasco
16.	Breno Augusto Oliveira Santos	Sorocaba
17.	Bruna Larissa Sampaio Lopes	São Paulo
18.	Bruna Santos de Oliveira	Sorocaba
19.	Bruna Saraiva Marcelino	Marília
20.	Bruno Batista Cal	São José do Rio Preto
21.	Camila Jesus Costa Melo	Osasco
22.	Carlos Eduardo Carvalho dos Santos	Taubaté-SP
23.	Carlos Eduardo Pires de Moraes	São Paulo
24.	Cayo Diebe	Sorocaba
25.	Cesar Antonio Alves Cordaro	São Paulo
26.	Cláudia Bento Dos Santos Ferreira	Marília
27.	Cristiane Paula Sacconi	São Paulo
28.	Daiane Teixeira Almeida	Sorocaba
29.	Daniel dos Santos	São Paulo
30.	Daniel Paulo de Carvalho	Campinas
31.	Danilo Ferreira Bortoli	Marília/SP
32.	Danilo Fischer	Taquaritinga
33.	Danilo Peixoto de Miranda	São Paulo - SP
34.	Davi Mendonça Cabeça	Bauru
35.	Denize Ramos Ferreira	Americana
36.	Diana Micheline Cohen	Vargem Grande Paulista





37.	Douglas Padovese Zwar	Marília
38.	Douglas Rocha Constancio	São Bernardo do Campo
39.	Dulcinei Maria Malaman	Taquaritinga
40.	Eber Ricardo dos Santos	Sorocaba
41.	Éder Renato de Oliveira	Marília-SP
42.	Edjani Zanardi	Sorocaba
43.	Edna da Silva Dantas	Sorocaba
44.	Edson Machado	Ourinhos
45.	Eduardo Kimura	São Paulo
46.	Eliza Silva Rodrigues	Sorocaba
47.	Eloi Maia de Oliveira	Marilia
48.	Erica Maciel Alves	Osasco
49.	Érico Félix Buffolo	Araçoiaba da Serra
50.	Érika Vieira Vanetti	Sorocaba
51.	Estela Rodrigues dos Santos	Sorocaba
52.	Fabício Mendes Pereira	Marília
53.	Felipe Moraes Pereira	Botucatu
54.	Felix Matheus Rodrigues Bertacco	Sorocaba
55.	Fellipe Andrade Abreu e Lima	Sorocaba
56.	Fernando Alves da Silva	Americana
57.	Flávia Rodrigues Gouvêa	Sorocaba
58.	Flávio Henrique de Oliveira	Taquaritinga
59.	Flávio Henrique Nóbrega	Marília
60.	Florivaldo Menezes Filho	São Paulo
61.	Francisca Feitosa Mourão	Ibiúna
62.	Francisca Margarida Soares da Silva	Sorocaba
63.	Francisco Soto Gongora	Sorocaba
64.	Gabriel Ferreira dos Santos	Sorocaba





65.	Gabriela Cestarolli Remédio	Sorocaba
66.	Gabriela Tavares Sena Sabio	São Paulo
67.	Germana da Silva Santos Silvestre	Sorocaba
68.	Gilberto Antonio Vanetti	Sorocaba
69.	Gilmar Caetano	Votorantim
70.	Gimena Andressa Venturini Simon	Sorocaba
71.	Gregório Francisco França Ribeiro Neto	Sorocaba
72.	Guilherme Fernandes Leite	Capão Bonito
73.	Gustavo Benassi Soares	São Paulo
74.	Gustavo Brito de Oliveira	Marília
75.	Gustavo Soares Pires de Campos	Sorocaba
76.	Helen Ferla Lopes	São Paulo
77.	Henrique Douglas Caetano Ribeiro	Americana
78.	Iara Milreu Lavratti	Marília
79.	Igor Feitosa Tanaka	Sorocaba
80.	Iohann Iori Thiago	Osasco
81.	Ivan Moreli Cambahuva Rufino	Sorocaba
82.	Ivan Rodrigues de Camargo	Itapetininga
83.	Ivani Rodrigues	Sorocaba
84.	Ivy Tasso Gomes	Marília
85.	Jacqueline da Silva Takara	São Paulo
86.	Janaína de Sousa	Sertãozinho
87.	Jason Nunes da Silva	Osasco
88.	Jeferson Wilian Theodoro	Adamantina
89.	Jeniffer Cristine Azevedo	Marília
90.	João Antônio Camargo Aranha	Araçoiaba da Serra
91.	João Henrique Bonini do Nascimento	Marília
92.	João Luiz de Moraes	Sorocaba





93.	João Paulo Francisco de Souza	Marília
94.	Joao Vitor Silva de Oliveira	Marilia
95.	Jones da Silva Pizzol	Americana
96.	José Aparecido Antunes	Marília
97.	José Damião de Lima Trindade	São Paulo
98.	José Nazareth Ragazzini	Sorocaba
99.	Juliana Fernandes Breda	Marília
100.	Kanansuê Gomes	São Paulo
101.	Karen de Souza Ribeiro	Sorocaba
102.	Kelly Caroline Claudino	Sorocaba
103.	Laura Cristina Santos Mello	Sorocaba
104.	Lavínia Fernandes da Silva	Osasco
105.	Leandro Nobre Magacho	Pindamonhangaba
106.	Leonardo Frasson dos Reis	Santo André
107.	Lucas Pereira Mendes	Bauru
108.	Lucas Simplicio da Silva	Bauru
109.	Lucilene Aparecida Andreotti Silva	Sorocaba
110.	Luís Antônio Albiac Terremoto	São Paulo
111.	Luis Antonio Nunes	Americana
112.	Luís Antônio Vieira Barbosa Filho	Sorocaba
113.	Luís Carlos Cunha Sobrinho	São Paulo
114.	Luís Fernando Seidl	Sorocaba
115.	Luís Francisco Rios Ribeiro	Sorocaba
116.	Luiz Carlos Checchia	Osasco
117.	Luiz Felipe Teixeira Simioni	Sorocaba
118.	Luiz Gustavo Moreira de Oliveira	Santa Bárbara D'Oeste
119.	Magali Rebeca Pereira Marins Moraes	Sorocaba
120.	Marcelo Campos Pereira	Marília





121. Márcio Benchimol Barros	Marília
122. Márcio Martins De Souza Júnior	Ribeirão Pires
123. Marco Antonio de Moraes	Sorocaba
124. Marco Aurélio Nunes de Oliveira	Sorocaba
125. Marcos Alcyr Brito Oliveira	São Paulo
126. Marcos Aurélio dos Santos	Marília
127. Margareth Albuquerque	Marília
128. Maria Antônia Santos Silvestre	Sorocaba
129. Mariana Milhossi da Silva	Taquaritinga
130. Marilene Picoli	São Paulo SP
131. Mateus Gregório Toti	Sorocaba
132. Matheus Henrique Nunes de Assis	Sorocaba
133. Maximiliano Augustus Cirelli	Marília
134. Michael Antony da Silva Oliveira	Capão Bonito
135. Milton Júnior Andrade da Silva	Marília
136. Miriam Amaral Naves	Americana
137. Moisés Gabriel Dias	São Paulo
138. Natal Aparecido Calixto Barbosa	Arujá
139. Nayara de Fátima Mazini Ferrari	Marília
140. Nedeli Mariano De Oliveira Machado	Sorocaba
141. Pedro Antônio Ambrósio Chiquitti	Americana
142. Pedro Camargo de Souza	Sorocaba
143. Pedro Henrique Somini	Taubaté
144. Rafael Freitas Dias	Marília
145. Rafael Pereira Simonetti	Marília
146. Raisal Tavares de Oliveira	Marilia
147. Reinaldo Gomes Nogueira Ramos	Marília
148. Renan Nobre	São Paulo





149.	Renato Gumier Horschutz	Americana
150.	Rogles de Oliveira Camargo Andrada	Marília
151.	Ronaldo Marcelo Pacce	São Paulo
152.	Ronival Andrade de Miranda	Arujá
153.	Rosana de Jesus Vaz de Lima	Americana
154.	Rosângela Aparecida Vieira	Sorocaba
155.	Sandro Ivo de Meira	Sorocaba
156.	Simone da Silva Santos	Sorocaba
157.	Sirlei Aparecida de Pontes de Oliveira	Americana
158.	Tamyris dos Santos Baratella	Marília
159.	Thais Caroline Ataíde Lacerda	Marília
160.	Thiago Antunes Rodrigues	Araçoiaba da Serra
161.	Valéria Nascimento de Oliveira	Mauá
162.	Vinícius Pereira de Moraes	Sorocaba
163.	William da Silva Cordeiro	Arujá
164.	Wilson de Luces Fortes Machado	Atibaia
165.	Yan Santos Trovato	São Paulo
166.	Yara Alecsandra da Silva	Marília

Saiba mais:
centralidadedotrabalho.com.br

CENTRALIDADE
DO TRABALHO

